



RELATÓRIO DA AGENDA DE ENFRENTAMENTO À LESBOFOBIA E AO LESBO-ÓDIO

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA
SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+

RELATÓRIO DA AGENDA DE
ENFRENTAMENTO À LESBOFOBIA E AO LESBO-ÓDIO

BRASÍLIA, DF

Agosto de 2023

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA
SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+

RELATÓRIO DA AGENDA DE
ENFRENTAMENTO À LESBOFOBIA E AO LESBO-ÓDIO

Relatório apresentado pelo Grupo de Trabalho “Agenda de Enfrentamento à Lesbofobia e ao Lesbo-ódio”, instituído pela Portaria nº 374, de 28 de junho de 2023, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania da República Federativa do Brasil.

Brasília, DF

Agosto de 2023

REALIZAÇÃO

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

Ministro de Estado

Silvio Luiz de Almeida

Secretária-Executiva

Rita Cristina de Oliveira

Chefe de Gabinete

Marina Basso Lacerda

Secretária Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

Symmy Larrat

Diretora de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

Danielle Santa Brígida

Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

Dayana Brunetto

ELABORAÇÃO

Grupo de Trabalho para apresentação de estratégias de enfrentamento à lesbofobia e ao lesbo-ódio, e para a proposição de políticas públicas em direitos humanos sobre o tema, intitulado "Agenda de Enfrentamento à Lesbofobia e ao Lesbo-ódio".

Presidência do Grupo de Trabalho

Dayana Brunetto

Participantes do Grupo de Trabalho – Ministério dos Direitos Humanos e da Democracia

Symmy Larrat

Ana Claudia Beserra Macedo

Maria Izabel Bezerra de Sá

Ana Carolina Santana Moreira

Cecilia Nunes Froemming

Maia Aguilera Franklin de Matos.

Participantes do Grupo de Trabalho – Sociedade Civil, indicações do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

Ana Carolina dos Santos Nascimento

Karoline Soares Chaves

Léo Ribas

Aline Luana de Oliveira Chaves.

Secretaria-Executiva do Grupo de Trabalho

Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

Dayana Brunetto

Amanda Rottava

Ana Paula Ferreira Sebastião

André Luis Silva

Andressa Regina Bissolotti dos Santos

Ísis Zavlyn Bezerra Vaz Fernandes

Luana Isabel Klatt

Redação e revisão do documento:

Luana Isabel Klatt

Cecilia Nunes Froemming

Andressa Regina Bissolotti dos Santos

Dayana Brunetto

APRESENTAÇÃO

Este relatório surge das contribuições realizadas no “Grupo de Trabalho para apresentação de estratégias de enfrentamento à lesbofobia e ao lesbo-ódio, e para a proposição de políticas públicas em direitos humanos sobre o tema, intitulado ‘Agenda de Enfrentamento à Lesbofobia e ao Lesbo-ódio’”, instituído através da Portaria nº 374, de 28 de junho de 2023, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) da República Federativa do Brasil. Suas reuniões foram realizadas na modalidade online, entre 28 de junho de 2023 e 19 de agosto de 2023.

A Agenda Nacional de Enfrentamento à Lesbofobia e ao Lesbo-ódio é uma iniciativa da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+¹, com colaboração do Ministério das Mulheres e Ministério da Igualdade Racial. Teve como objetivo mapear demandas de lésbicas e sapatão para as políticas públicas das seguintes áreas: Saúde; Educação; Justiça e Segurança Pública; Assistência Social e Cultura.

A proposição da Agenda visa **enfrentar a lesbofobia e o lesbo-ódio** cotidianos, e promover a cidadania e direitos das lésbicas e sapatão, por meio de ações de políticas públicas intersetoriais. Através dela, a escuta da sociedade civil foi realizada, possibilitando a construção coletiva de estratégias para o enfrentamento das violências contra lésbicas e sapatão, construindo os fundamentos para a proposição de políticas públicas orientadas por um adequado diagnóstico de problemas.

A Agenda Nacional de Enfrentamento à Lesbofobia e ao Lesbo-ódio tem como principal tema as lesbianidades e suas interseccionalidades com outros marcadores sociais da diferença, como raça, etnia, gênero, territorialidade, religiosidade, geração, deficiência, dentre outros.

MÉTODO DE TRABALHO

A metodologia foi baseada em reuniões realizadas com representantes lésbicas e sapatão.

Foram entregues, para cada área temática, três razões pelas quais as demandas por políticas públicas e ações afirmativas e/ou reparatórias se configuram em questões públicas; e três prioridades de ações afirmativas e/ou reparatórias nas áreas das políticas públicas em questão. Essas prioridades foram apresentadas para representantes dos diferentes Ministérios responsáveis pelos eixos temáticos, que compareceram às reuniões na qualidade de pessoas convidadas.

O presente relatório, busca ser fiel às demandas trazidas pelas representantes da sociedade civil, ainda que com adaptações textuais.

CONCEITOS-CHAVE

A **Lesbofobia** pode ser descrita como a discriminação e o preconceito constituídos como violências, sejam de ordem moral, física, psicológica ou sexual, direcionadas a mulheres que na sociedade brasileira se compreendem ou são lidas como lésbicas e/ou sapatão (Maria DIAS; Suane SOARES; Milena PERES, 2018).

O **Lesbo-ódio** é um conceito que tem sido utilizado nas reflexões do lesbofeminismo latino-americano e que se refere ao ódio às lésbicas e sapatão, e se manifesta por meio de práticas “corretivas” que buscam atacar o que se entende, de modo equivocado, como desvio do desejo (MARAUX, *et al*, 2023). Tais atitudes de lesbo-ódio se caracterizam pelo preconceito e pela discriminação, sustentados pela misoginia e pelo machismo. Ou seja, ultrapassam a esfera da lesbofobia ao se materializarem por meio de “tratamentos” de conversão, estupros corretivos, sequestros, torturas e até mesmo o lesbocídio (Zicri ROJAS, 2017).

A AGENDA

O Grupo de Trabalho teve por objetivo aproximar gestoras/es governamentais e lésbicas e sapatão, através de reuniões temáticas em que foram convidadas a participar representantes de cada um dos Ministérios responsáveis pelos eixos listados. As representantes lésbicas e sapatão foram indicadas por ato do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. Para cada reunião as representantes se preparavam, de modo prévio, com abertura de formulários online que permitiam que outras lésbicas e sapatão se fizessem ouvir.

Foram realizadas reuniões de trabalho remotas periódicas entre os movimentos sociais de lésbicas e sapatão e gestoras/es ministeriais das seguintes áreas de políticas públicas do governo federal: saúde, educação, justiça e segurança pública, assistência social e cultura.

A partir do material trazido pelas representantes, as/os profissionais dos Ministérios e demais pessoas convidadas refletiram sobre a viabilidade das propostas apresentadas durante as reuniões e os encaminhamentos necessários para a implementação das ações sugeridas.

A Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ redigiu o texto do relatório final e o presente documento, os quais foram construídos com os subsídios apresentados pelas lésbicas e sapatão que participaram dos encontros.

RETOMANDO A TRAJETÓRIA DAS PAUTAS: BREVE HISTÓRICO DAS CONFERÊNCIAS E EIXOS DAS POLÍTICAS NACIONAIS PROPOSTAS PELA POPULAÇÃO LGBTQIA+

A construção das políticas públicas para a população LGBTQIA+, que começa a aparecer de forma tímida no século XXI no Brasil, é marcada pela participação social na formulação de suas prioridades. Uma delas são as Conferências Nacionais LGBT². A I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais foi convocada por meio do Decreto 07, de 28 de novembro de 2007, e aconteceu de 6 a 8 de junho de 2008, em Brasília. Foi nomeado como Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT). Este encontro teve como tema “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania GLBT”.

A II Conferência foi convocada por Decreto Presidencial de 18 de maio de 2011 e ocorreu no período de 15 a 18 de dezembro de 2011, tendo como tema “Por um país livre da pobreza e da discriminação, promovendo cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”.

A III Conferência ocorreu no período de 25 a 27 de abril de 2016, tendo como tema “Por um Brasil que criminalize a violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT”.

A 4ª Conferência foi convocada pelo Decreto nº 9.453, de 31 de julho de 2018, sem data inicial para sua realização. Marcada para ocorrer no período de 14 a 17 de maio de 2020, em Brasília/DF, ela acabou por não ser realizada, no escopo da erosão das políticas públicas de promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+ vividas nos últimos anos.

A não realização da IV Conferência, bem como a historicidade de invisibilização e apagamento das demandas por políticas públicas de lésbicas e sapatão, o governo

federal, por meio da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e na retomada da democracia e da participação social no país, propôs a Agenda Nacional de Enfrentamento à Lesbofobia e ao Lesbo-ódio, como forma de ouvir as representantes dos movimentos de lésbicas e sapatão e construir políticas públicas pautadas nas demandas sociais.

PAUTAS PRIORITÁRIAS POR EIXOS ESTRATÉGICOS

Assistência Social

- 1) *Razões pelas quais as demandas por políticas públicas e ações afirmativas e/ou reparatorias se configuram em questões públicas:*
 - a. Não apresentação e menção da população LGBTQIA+ na Lei Orgânica de Assistência Social no Brasil (LOAS 8.742/1993), bem como ausência de menções quanto ao termo orientação sexual, indicando ausência de consideração dessas especificidades.
 - b. A Resolução Conjunta do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT (CNCD/LGBT) Nº 01/2018 publicada no Diário Oficial da União de 24 de setembro de 2018, que estabelece parâmetros para a qualificação do atendimento socioassistencial da população LGBT no Sistema Único da Assistência Social (SUAS), não apresenta um atendimento direcionado a população lésbica, indicando apagamento e invisibilização dessas especificidades.
 - c. Se observa uma imposição patriarcal delineada na história, que por sua vez perpassa pela lesbofobia institucional.

- 2) *Prioridades de ações afirmativas e/ou reparatorias nas áreas das políticas públicas em questão:*
 - a. Formação continuada para a equipe técnica, com escuta qualificada e acolhimento para população lésbica;
 - b. Mapeamento das famílias lesboafetivas para construção da Rede de Articulação Local;
 - c. Informação sobre mulheres lésbicas e famílias lesboafetivas no Relatório Mensal de Atendimento;

- d. Campanhas de sensibilização para população lésbica, informando os caminhos de acesso para Política de Assistência Social;
- e. Ampliar o diálogo entre o Ministério Desenvolvimento Social e Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania;
- f. Articular o CNLGBTQIA+ e o Conselho Nacional de Assistência Social;
- g. Atendimentos técnicos pautados no Estado Laico, garantindo o acolhimento à população de matriz africana;
- h. Articular os equipamentos da Assistência Social: CRAS, CREAS e Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - CENTRO POP;
- i. Sensibilizar as equipes técnicas que atuam nos Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua - CENTRO POP, para busca ativa e escuta qualificada para mulheres lésbicas que não performam a feminilidade hegemônica.

Educação

- 1) *Razões pelas quais as demandas por políticas públicas e ações afirmativas e/ou reparatórias se configuram em questões públicas:*
 - a. Os direitos humanos e a igualdade devem ser assegurados para todas as pessoas, incluindo lésbicas e sapatão, respeitando e incluindo suas identidades na educação e combatendo a discriminação e o preconceito.
 - b. Representação e visibilidade de lésbicas e sapatão nos currículos escolares são essenciais para evitar mal-entendidos, estereótipos e preconceitos, contribuindo assim para uma educação mais inclusiva e diversificada.
 - c. A saúde mental e o bem-estar de jovens afetadas pelo *bullying* e discriminação baseados na orientação sexual, tornando-se uma questão de interesse público a criação de um ambiente educacional seguro e acolhedor para as lésbicas e sapatão de hoje e amanhã.
- 2) *Prioridades de ações afirmativas e/ou reparatórias nas áreas das políticas públicas em questão:*
 - a. Desenvolver e implementar políticas de educação inclusiva que respeitem e incluam a identidade lésbica e sapatão, garantindo ambientes de aprendizado seguros e livres de discriminação e preconceito.
 - b. Revisar e reformular os currículos escolares para incluir representação lésbica e sapatão, destacando suas histórias, experiências e contribuições, a fim de combater estereótipos e preconceitos e fornecer uma educação mais diversificada.

- c. Investir em serviços de apoio à saúde mental para estudantes lésbicas e sapatão, para combater os efeitos negativos do *bullying* e da discriminação. Disponibilidade de conselheiras/es/os e psicólogas/ues/os treinadas/es/os em questões de orientação sexual, bem como programas de conscientização e formação para educadores e alunos.

3) *Viabilidade das propostas e os encaminhamentos necessários*³:

- a. Rever a seriedade com que o tema é tratado nas salas de aula por professores e equipe educacional;
- b. Elaborar e lançar uma ação de formação continuada de profissionais da educação básica (professoras/es, diretoras/es, pedagogas/es/os, profissionais de apoio) em gênero e sexualidade, na perspectiva dos Direitos Humanos fazendo o enfrentamento do machismo, racismo, capacitismo e Lesbofobia, nas escolas;
- c. Produzir materiais de apoio pedagógico e campanhas educativas, em diálogo permanente com os movimentos sociais;
- d. Promover editais específicos para fomento e financiamento de boas práticas em educação, gênero e sexualidade nas escolas de educação básica;
- e. Garantir acesso e permanência da educação básica a universidade através da assistência estudantil, articulando junto ao ensino superior no MEC, cotas para Lésbicas que não performam feminilidade em todas as suas interseccionalidades: na graduação, sustentadas por normativa nacional específica, com acompanhamento pedagógico e de acolhimento das vítimas de violências para que possam ter uma trajetória acadêmica segura.

Cultura

- 1) *Razões pelas quais as demandas por políticas públicas e ações afirmativas e/ou reparatórias se configuram em questões públicas*:
 - a. Igualdade de direitos: lutar contra a discriminação e promover campanhas contra violência fomentada pela lesbofobia e lesbo-ódio.
 - b. Reconhecimento da diversidade de expressões lésbicas e sapatão. Representação positiva de lésbicas e sapatão na mídia e na sociedade em geral e o combate à invisibilidade e aos estereótipos.
 - c. Saúde e bem-estar: Acesso adequado a serviços de saúde, tanto físicos como mentais, que sejam sensíveis às necessidades específicas das lésbicas e sapatão.

- 2) *Três prioridades de ações afirmativas e/ou reparatórias nas áreas das políticas públicas em questão:*
- a. Representação e visibilidade das lésbicas e sapatão nas esferas culturais como: cinema, televisão, teatro, literatura, música, artes visuais (...); incentivo à produção e divulgação de obras de artistas lésbicas e sapatão; promoção de festivais e eventos culturais que valorizem suas expressões artísticas e garantam a participação em programas de financiamento e incentivo cultural.
 - b. Inclusão das lésbicas e sapatão das periferias, do campo, negras, indígenas, das favelas e PCDs, pensando em editais específicos para essa população. Priorizar as artes educadoras nos editais públicos da cultura.
 - c. Combate à discriminação e promoção da igualdade como programas de financiamento, editais exclusivos e incentivos fiscais para produções culturais protagonizadas por lésbicas e sapatão em todas as suas interseccionalidades.

Justiça e Segurança Pública

1. *Razões pelas quais as demandas por políticas públicas e ações afirmativas e/ou reparatórias se configuram em questões públicas:*
 - a. Igualdade e Direitos Humanos: direito ao casamento igualitário, adoção de crianças, proteção contra discriminação e violência baseada na orientação sexual, acesso a cuidados de saúde e serviços sociais adequados.
 - b. Visibilidade e Reconhecimento: Combater o estigma e a invisibilidade que muitas vezes afetam as lésbicas e sapatão, promovendo uma maior compreensão e respeito em geral.
 - c. Mobilização e União: Fortalecer a solidariedade entre as lésbicas e sapatão e construir uma frente unida em prol de seus interesses e direitos.
2. *Prioridades de ações afirmativas e/ou reparatórias nas áreas das políticas públicas em questão:*
 - a. A inclusão de campos de orientação sexual e identidade de gênero nos Boletins de Ocorrência de todas as polícias possibilita localizar, mensurar e intervir de maneira eficaz sobre o fenômeno da violência contra a população de lésbicas e sapatão e as especificidades das diversidades raciais dessa população.

- b. Correto e constante preenchimento dos campos de motivação de crimes lesbofóbicos nos Boletins de Ocorrência, nos estados onde isso é possível. E nos estados onde não é, é importante a implementação deste campo.
- c. Garantir que as lésbicas e sapatão tenham acesso a representação legal adequada, incluindo orientação jurídica especializada, com sistemas de justiça sensíveis e responsivos às suas necessidades. Fortalecimento das leis de proteção contra crimes motivados por preconceito, a implementação de programas de sensibilização, formação continuada para profissionais de segurança pública e justiça. Fomento de pesquisas relacionadas à lesbofobia e lesbocídio. Investigação e punição adequada desses crimes.
- d. Combate à violência: Desenvolver estratégias e ações efetivas para combater a violência contra lésbicas e sapatão, a partir da interseccionalidade dos marcadores sociais da diferença. Isso pode incluir o estabelecimento de delegacias especializadas para atender às vítimas de violência lesbofóbica, a promoção de campanhas de conscientização sobre os direitos das pessoas LGBTQIA+ e sua proteção legal, além do apoio a projetos de acolhimento e suporte às vítimas de violência.

3. *Prioridades de ações afirmativas e/ou reparatórias no Sistema Prisional*

- a. Sensibilização e treinamento: Capacitar agentes penitenciárias/es/os/ e funcionárias/es/os do sistema prisional sobre questões de gênero, orientação sexual e identidade de gênero, a fim de evitar discriminação e preconceito.
- b. Políticas antidiscriminatórias: Implementar e reforçar políticas antidiscriminatórias que abranjam nitidamente a orientação sexual e a identidade de gênero, proporcionando às lésbicas e sapatão um ambiente não hostil e inclusivo.
- c. Alocação de celas: Respeitar a privacidade e segurança das lésbicas na determinação das alocações de celas, considerando suas necessidades de segurança, bem-estar mental e físico, e evitando a exposição a violência ou assédio de outras detentas.
- d. Cuidados médicos: Garantir acesso adequado a cuidados médicos, incluindo a possibilidade de acesso a profissionais de saúde com treinamento específico em questões de saúde das LBT+, bem como o acesso a tratamento de saúde mental e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.
- e. Programas de apoio e aconselhamento: Oferecer programas de suporte psicológico, aconselhamento e grupos de apoio específicos para lésbicas e sapatão em privação de liberdade, proporcionando um espaço seguro para a expressão de suas identidades e lutas pessoais.

- f. Visitas e contato com parceiras: Permitir visitas íntimas e estabelecer políticas de comunicação, incluindo correspondências e chamadas telefônicas, que respeitem os relacionamentos das lésbicas e suas parceiras externas.
- g. Educação e capacitação: Fornecer oportunidades educacionais e de capacitação, incluindo programas de formação profissional, para empoderar as lésbicas e sapatão a obterem novas habilidades e se prepararem para sua reinserção social.
- h. Monitoramento de direitos humanos: Estabelecer mecanismos de monitoramento independentes para garantir que os direitos das lésbicas e sapatão em privação de liberdade sejam respeitados, e que eventuais violações sejam investigadas e punidas adequadamente.

Saúde

- 1) *Razões pelas quais as demandas por políticas públicas e ações afirmativas e/ou reparatorias se configuram em questões públicas:*
 - a. As políticas públicas do Brasil estão engendradas ao recorte binário cisgênero heterossexual que não/ou pouco contemplam as necessidades específicas de pessoas lésbicas/sapatão, (re)produzindo precariedade e desigualdade no reconhecimento da diversidade.
 - b. Desigualdades de acesso aos serviços públicos e a necessidade de medidas para ampliar a cobertura de atenção à saúde em ações específicas para lésbicas/sapatão para promoção de equidade.
 - c. Necessidade de escuta do Estado das demandas das mulheres lésbicas/sapatão.
- 2) *Prioridades de ações afirmativas e/ou reparatorias nas áreas das políticas públicas em questão:*
 - a. Cursos de formação de profissionais e gestoras/es da saúde para atender às especificidades de lésbicas e sapatão, considerando os marcadores sociais da diferença e os diversos territórios, erradicando as situações de discriminação nos serviços de saúde.
 - b. Criação de normas, protocolos de atenção à saúde de lésbicas e sapatão, focando a rede existente e não criando serviços específicos/excludentes; o que inclui saúde mental, geriátrica, sexual e reprodutiva, divulgando o direito à saúde para lésbicas em todos os territórios.

- c. Produção de dados sobre a saúde de lésbicas e sapatão, com inclusão da orientação sexual e expressão de gênero nos indicadores e dados de saúde oficiais.
- d. Pesquisa para ampliação do conhecimento sobre as necessidades de saúde e para o desenvolvimento de ações adequadas e eficazes de proteção contra ISTs e HIV/Aids para lésbicas e sapatão.
- e. Atualização da caderneta de saúde de lésbicas e sapatão, considerando as demandas específicas da saúde de lésbicas e sapatão;
- f. Caderneta da gestante: inserir informações sobre a dupla maternidade lésbica, seja no caso de inseminação caseira ou de métodos tradicionais de reprodução humana.

ENCAMINHAMENTOS

Nas reuniões de cada eixo, após apresentadas as informações pelas representantes da sociedade civil, foram ouvidas as convidadas dos diferentes Ministérios e acordadas as seguintes proposições para instituir atividades e/ou ações que abordem os direitos de mulheres lésbicas e sapatão:

Saúde

Reunião acompanhada por Lilian Silva Gonçalves, Coordenadora de Acesso e Equidade do Departamento de Saúde da Família e Comunidade, da Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Ministério da Saúde.

Após as discussões, a convidada indicou as seguintes estratégias em desenvolvimento para garantia dos direitos de lésbicas e sapatão:

1. Em relação à formação, a convidada trouxe a reflexão sobre a dificuldade de coleta de dados no acesso a saúde, no sistema da atenção básica e especializada. Assim, está no radar da Coordenação a construção de um processo formativo com trabalhadores e trabalhadoras, em relação às políticas de equidade, acerca da importância do preenchimento adequado de formulários de saúde e acerca das questões relativas a pessoas LGBTQIA+, para garantir uma abordagem de saúde acolhedora e respeitosa. A representante indicou que há um curso que irá sair no início de 2024.
2. A convidada demonstrou interesse na pauta da caderneta da gestante e na importância de que ela represente a diversidade das famílias e abertura para debater a ideia em diálogos posteriores.

3. Informou que está em curso um Grupo de Trabalho de sistemas de informação, envolvendo os três níveis de atenção à saúde, que tem por objetivo avaliar a inclusão de quesitos de sexo, gênero e orientação sexual nos sistemas de informação da atenção à saúde.
4. Informou que está no radar da Coordenação de Equidade a revisão da Política Nacional de Saúde Integral LGBT. Em relação a essa revisão, sinalizou-se a criação de um comitê que garanta a participação dos movimentos sociais nesse processo de revisão, inclusive com foco no cuidado com as especificidades de cada uma das vivências que compõe a sigla.
5. Ao final, sinalizou que seria possível iniciar os diálogos com um Grupo de Trabalho com relação à saúde de lésbicas e sapatão.

Educação

Reunião acompanhada por Maraisa Lessa, da Coordenação-Geral de Políticas Educacionais em Direitos Humanos, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão, Ministério da Educação e Erivan Hilario dos Santos, consultor da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação.

Após as discussões, as pessoas convidadas indicaram as seguintes estratégias em desenvolvimento para garantia dos direitos de lésbicas e sapatão:

1. Informou-se a existência da tentativa de estruturação do debate de defesa dos direitos de pessoas LGBTQIA+ no âmbito do MEC.
2. Informou-se a existência de um processo de construção de uma comissão que teria o propósito de subsidiar o MEC na formulação de políticas educacionais que tem como base as questões de diversidade e cidadania de pessoas LGBTQIA+.
3. Está no radar das pessoas convidadas buscar construir uma pesquisa nacional sobre diversidade e pessoas LGBTQIA+, mas que está ainda sendo pensada e avaliada.
4. Estão em desenvolvimento, ainda, propostas para formação de educadoras/es, de forma a possibilitar a essas pessoas o letramento de gênero e sexualidade, as quais não estão ainda detalhadas.
5. Constituir uma agenda com a Diretoria de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ para debater com ênfase na educação as necessidades das pessoas LGBTQIA+.

Justiça e Segurança Pública

Reunião acompanhada por Raissa Pereira de Araujo – Coordenadora de Atenção às Mulheres e Grupos Vulneráveis da Secretaria Nacional de Políticas Penais, do Ministério da Justiça e da Segurança Pública.

Após as discussões, a convidada indicou as seguintes estratégias em desenvolvimento para garantia dos direitos de lésbicas e sapatão:

1. Comunicou a realização de uma Nota Técnica que trata dos procedimentos quanto à custódia de pessoas LGBTQIA+ no sistema prisional brasileiro, atendendo os regramentos nacionais e internacionais sobre o tema e também considerando as decisões das cortes superiores sobre o tema.
2. Informou a produção da Cartilha de Procedimentos Direcionados à Custódia de pessoas LGBTQIA+ no sistema prisional, a ser distribuída em todas as unidades prisionais e meios de comunicação, e detalhando as especificidades de cada vivência no interior da comunidade LGBTQIA+.
3. Colocou, ao final, sua Coordenação à disposição da sociedade civil para construção de projetos que busquem a garantia dos direitos da população LGBTQIA+.
4. Organização de um Grupo de Trabalho (GT) para discussão das demandas específicas das pessoas LGBTQIA+ privadas de liberdade, com inclusão da sociedade civil organizada.

Assistência Social

Reunião acompanhada por Suely Oliveira, Diretora de Programas do Ministério de Desenvolvimento Social e Rosângela - Assistente Social, integrante da Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Assistência Social.

Após as discussões, as convidadas indicaram as seguintes estratégias em desenvolvimento para garantia dos direitos de lésbicas e sapatão:

1. Indicação de que o Ministério do Desenvolvimento Social está disposto ao diálogo com a comunidade LGBTQIA+.
2. Constituir um Grupo de Trabalho para elaborar ações e políticas para mulheres lésbicas e sapatão em diálogo com a Assistência Social.

Cultura

Reunião acompanhada por Karina Miranda da Gama, Diretora de Promoção da Diversidade Cultural da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura e Allison da Silva Pereira, Chefe de Gabinete da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura.

Após as discussões, as pessoas convidadas indicaram as seguintes estratégias em desenvolvimento para garantia dos direitos de lésbicas e sapatão:

1. Exposição de que a secretaria está desenvolvendo um edital com fomento e inclusão da diversidade cultural, trazendo a comunidade LGBTQIA+ nessa premiação, assim como outros segmentos sociais.
2. Indicação de que o Ministério da Cultura está aberto para receber um documento e/ou uma carta de intenções para usar como base de atendimento e diálogo com a comunidade LGBTQIA+.
3. Reativação de um comitê, grupos de trabalho onde há abertura para pauta de mulheres lésbicas e sapatão.
4. Emplacar uma campanha dentro do Ministério da Cultura sobre o dia 29 de agosto, divulgando pelo Ministério da Cultura os dados do LesboCenso e seu relatório.

Estes foram os primeiros acordos estabelecidos entre movimentos sociais, ministérios e gestoras/gestores, a fim de pensar e promover direitos e ações efetivas para mulheres lésbicas e sapatão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental que o estado brasileiro reconheça a construção das pessoas e a forma como querem ser reconhecidas no campo da política. Se as normas sociais atuam e regulamentam a construção de corpos, gêneros e sexualidades e padrões correspondentes a eles, os movimentos sociais nos afirmam que a vida deve ser reconhecida em todas as suas diferenças e potencialidades.

Neste sentido, nomear esta Agenda Pública como Agenda Nacional de Enfrentamento à Lesbofobia e ao Lesbo-ódio visa ampliar as possibilidades dentro da vida política para todas aquelas que performam ou não feminilidades.

O presente documento visa apresentar estratégias de enfrentamento que garantam e ampliem os direitos e cidadania de mulheres lésbicas e sapatão com uma perspectiva interseccional.

Logo, a parceria estabelecida neste Grupo de Trabalho com movimentos sociais de mulheres lésbicas e sapatão, técnicas e outros ministérios, fortalece vínculos intersetoriais para o desenvolvimento de ações que erradiquem a lesbofobia e lesbo-ódio, além de pensar políticas públicas possíveis para execução, cada qual em seu nicho.

Como resultado das reuniões realizadas pelo Grupo de Trabalho, diversas demandas antes invisibilizadas se tornaram visíveis, garantindo-se a construção de contatos mais próximos entre gestão e os movimentos de lésbicas. Esses contatos, para além de reverberarem nos encaminhamentos mais imediatos, demonstram a potencialidade da realização deste Grupo de Trabalho.

De fato, esta Agenda viabiliza a divulgação das pautas prioritárias de lésbicas e sapatão para todas aquelas pessoas que atuem com direitos humanos, para quem este relatório poderá servir de subsídio e orientação.

Pensar a cidadania, o direito a saúde, educação, assistência social, justiça e segurança pública, cultura e demais segmentos para lésbicas e sapatão é um compromisso assumido pelo Governo Federal que entra em Ação pela Visibilidade Lésbica na promoção e defesa de seus direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANAIS DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE GAYS, LÉSBICAS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – GLBT. Disponível em: [Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT](https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/IConferenciaNacionaldeGaysLesbicasBisexuaisTravestiseTransexuaisGLBT.pdf)
<https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/IConferenciaNacionaldeGaysLesbicasBisexuaisTravestiseTransexuaisGLBT.pdf>. 2008.

DOSSIÊ SOBRE LESBOCÍDIO NO BRASIL: de 2014 a 2017. Maria DIAS; Suane SOARES; Milena PERES, 2018.

LESBOCENSO NACIONAL. Grazielle TAGLIAMENTO; Dayana BRUNETTO, Raquel ALMEIDA, 2022.

MARAUX, Amélia Tereza Santa Rosa; BRUNETTO, Dayana; RIBAS, Léo; SILVA; Zuleide Paiva da. Educação e violência na escola: por uma experiência escolar de acesso, permanência e condições equitativas de aprendizagem. **Corpo, gênero e sexualidade: Memórias, lutas e insurgências nas educações**. VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade. Campina Grade, Realizaeventos. 2023.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. Brasil realiza primeira conferência no mundo sobre questões GLBT. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/area-imprensa/ultimas-noticias/2008/06/not-brasil-realiza-primeira-conferencia-no-mundo-sobre-questoes-gbt>

RELATÓRIO FINAL - 3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIREITOS HUMANOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Disponível em: <https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2021/04/relatorio-final-3a-conferencia-nacional-lgbt-1.pdf>. 2016.

2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/IIConferenciaNacionaldePoliticaseDireitosHumanosLGBT.pdf>. 2011.